

**REFLETINDO SOBRE O ENSINO DAS LÍNGUAS
PORTUGUESA E GUARANI/CAIOUÁ
NA ESCOLA DA ALDEIA PANAMBIZINHO
NO MATO GROSSO DO SUL**

Emyli Caroline Patrocínio Silveira (UEMS)

emylicaroline30@yahoo.com.br

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é o resultado da pesquisa para o trabalho de conclusão do curso de letras da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e teve como objetivo refletir sobre o ensino em língua guarani/caiouá que vem sendo ensinado como segundo idioma, numa escola localizada na aldeia indígena Panambizinho, no município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde o português é ensinado como primeira. Para tanto se discorreu sobre os desafios do ensino de línguas nas escolas indígenas, um breve histórico sobre as escolas da aldeia de Panambizinho e a Escola da Missão Evangélica Indígena, contexto desta pesquisa. Nessa perspectiva, foram visitados os referências teóricos de autores que vêm pesquisando sobre o assunto, tais como Amaral, Lourenço, Pereira, Pimentel Silva, Weber e documentos oficiais do MEC. Além disso, foram analisados questionários respondidos pelos professores da escola em questão. Este é um trabalho que ressalta a importância de se preservar a língua, as raízes e a cultura guarani/caiouá, partir do ensino bilíngue e não de aculturamento.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Língua guarani/caiouá.
Ensino de língua portuguesa. Ensino de língua guarani/caiouá.

1. Introdução

Meu interesse em refletir sobre o ensino das línguas portuguesa e guarani/caiouá em uma escola indígena começou a ser despertado na própria Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) onde estudo e incentivado pelos professores, principalmente pela minha orientadora que, por meio das leituras e dos debates, me abriu os olhos para as relevantes questões sobre o assunto.

Sou indígena, terena, mais especificamente, e o orgulho da minha origem cresceu à medida que compreendi a importância do meu povo, da minha língua, da minha história e da minha cultura no contexto nacional.

Durante esses quatro anos de curso universitário, estudei com alunos indígenas como eu. Alguns colegas dominam a sua língua indígena e outros não. Faço parte do segundo grupo, pois, apesar de entender um

pouco da língua terena, não consigo me comunicar por meio dela.

Minha avó materna é terena e fala a sua língua nativa fluentemente; já minha mãe, indígena também, não a entende nem fala. Meu pai não é indígena e nunca falou o idioma com a minha família materna ou com as pessoas da aldeia. Assim, apesar de indígena, cresci em uma casa onde se falava português e estudei numa escola urbana, portanto, nunca senti a necessidade de falar a língua terena. Acredito que se tivesse sido estimulada pela família ou pela escola teria chance de ser uma falante bilíngue, dominando as línguas portuguesa e terena.

A educação indígena e o ensino das línguas nativas vêm sendo, cada vez mais, assunto de pesquisas, tema de estudos e pautas nos documentos oficiais. A Constituição de 1988 reconheceu a organização social, a língua e as tradições indígenas, assegurando a esses povos, uma educação multicultural e bilíngue, cabendo à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC) garantir a oferta de educação escolar diferenciada por meio de uma série de ações como formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio e superior; produção de material didático bilíngues em línguas indígenas e em português; e cursos de formação para que professores e lideranças indígenas conheçam todos os seus direitos.

Atualmente, estagio em uma escola urbana, mas, como futura professora de línguas, com formação universitária em licenciatura, tenho interesse em dedicar-me mais aos estudos sobre o ensino de línguas nas aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul. Por ter acesso às Escolas da Missão Evangélica Indígenas, localizadas, uma na aldeia indígena Panambizinho e a outra na aldeia Jaguapiru, resolvi utilizar a primeira, considerada a sede, como contexto desta pesquisa.

Assim, diante do exposto, surgiu o seguinte questionamento: como vem sendo desenvolvido o ensino do português e da língua indígena na Escola da Missão Evangélica Indígena de Panambizinho?

Com esta pesquisa procurou-se refletir sobre o ensino em língua guarani/caiouá que vem sendo ensinada como segundo idioma, na Escola da Missão Evangélica Indígena, localizada na aldeia indígena Panambizinho, no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, onde o português é ministrado como primeiro.

Destaca-se a relevância deste estudo, uma vez que, como bem afirma a antropóloga Ingrid Weber (2006), hoje, apesar de a população

indígena estar aumentando ou ressurgindo, o número de línguas vem diminuindo, porque muitos povos perderam a sua língua original e só falam o português, fenômeno que vem se acelerando de tal forma, que já se pode observar a extinção de uma língua indígena em três gerações.

Desta forma, embora o bilinguismo referente às línguas indígenas e portuguesa, ainda seja a situação mais comum nas aldeias, o monolinguismo em português vem se tornando uma crescente realidade e encontra-se presente nas situações de comunicação cotidianas, como, reuniões, aulas, brincadeiras entre as crianças, diálogos domésticos, cantos e rezas nas aldeias brasileiras e em Panambizinho, local onde a pesquisa foi desenvolvida. Os falantes do guarani/caiouá, em geral, aprendem a língua com suas famílias, mas por essa não ser uma prática constante, pela tendência à urbanização, por causa de um ensino escolar local que não prioriza a língua nativa e outros motivos, o guarani/caiouá e a cultura deste povo correm o risco de extinção, como tantos outros.

2. Os desafios do ensino de línguas nas escolas indígenas

Ensinar nas escolas indígenas, em geral, é uma prática complexa. Como a língua oficial do Brasil é o português, além da necessidade de se ensinar aos indígenas, a sua língua nativa, como forma de preservação linguística e cultural, há a exigência de se ensinar a língua nacional para a comunicação cotidiana com os não indígenas e como ferramenta de defesa diante da sociedade nacional.

Segundo Amaral (2002), existem várias realidades linguísticas nas aldeias brasileiras. Em alguns casos, os índios já não falam mais a sua língua materna; em outros, os jovens só começam a ser expostos ao português na adolescência; há comunidades onde não se fala o português parcial e ainda há aldeias onde indígenas falam o português, mas nem todos falam a sua língua de origem, como acontece em Panambizinho, aldeia escolhida para esta pesquisa.

Como consta em publicação do MEC, intitulado “O Governo Brasileiro e a Educação Indígena”, sobre a situação atual da educação escolar indígena no Brasil e sobre seus objetivos, estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ainda que com algumas experiências locais bem sucedidas, a situação real da educação escolar indígena no Brasil é, regionalmente, desigual e desarticulado.

O MEC reconhece que

há ainda, muito a ser feito e construído no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas, adequada a seus projetos de futuro, de autonomia e capaz de garantir sua inclusão no universo dos programas governamentais que visam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos da Constituição de 1988.

Como o exposto, desde os primórdios dos programas de educação escolar às comunidades indígenas, do século XVI até a pouco tempo, o objetivo era negar a diferença, assimilar os índios a civilização dos “brancos”, para transformá-los em quem não eram, portanto, a escola indígena foi, por muito tempo, instrumento de imposição de valores alheios e negação das próprias identidades línguas e culturas.

Conforme documento do MEC (2001), só recentemente, as escolas indígenas vêm se tornando um meio de assegurar ao seu público, o acesso a conhecimentos gerais sem que tenham que negar suas culturas e suas identidades étnicas, por meio de projetos educacionais específicos às realidades socioculturais e históricas das suas comunidades indígenas, que praticam a interculturalidade e o bilinguismo e que têm, como princípio, o respeito à organização social indígena e à valorização de suas línguas maternas e dos saberes e conhecimentos tradicionais desses povos.

Pearson (2008, in AMARAL, 2011) acrescenta argumentos a favor da prática bilíngue, pois, para ele, aqueles que dominam duas línguas, inserem-se mais facilmente em diferentes contextos sociais, ligam-se melhor à cultura dos seus antepassados, têm mais oportunidades profissionais, educacionais, socioeconômicas e territoriais e desenvolvem a tolerância entre indivíduos e respeito pelas diversidades e minorias.

A Constituição Federal de 1988, as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena elaboradas em 1993 por um Comitê do MEC e o Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena (RCNEI) constituem-se em marcos na redefinição das relações entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas, uma vez tendo assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, de qualidade, que respeite suas especificidades culturais e que garanta sua participação plena nos projetos de futuro do país. As leis asseguram-lhes ainda, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, devendo o Estado proteger as suas manifestações culturais. Os indígenas não podem ser mais considerados como categoria social, em vias de extinção, e, além disso, devem passar a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com direito a

manter "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições". (Cf. Art. 231).

O MEC reconhece em seu documento oficial que as escolas indígenas hoje ainda não correspondem ao modelo de escola ideal. Em geral, só oferecem o ensino fundamental, com professores, quase na sua totalidade, leigos e com diferentes níveis de conhecimento, pois, embora crescente, o número de professores índios ainda não é suficiente. Além disso, poucos são os materiais escolares adequados e específicos em língua materna dos diferentes grupos étnicos.

Conforme o documento, para que a educação indígena possa adequar-se a essas exigências jurídicas, é necessário que, nos próximos anos, sejam formados o maior número possível de professores índios.

Em entrevista para a *Revista Globo.com* do dia 23 de junho de 2012, a professora Onilda Sanches Nincão, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que dá aulas para os cursos de pedagogia e licenciatura intercultural indígena "Povos do Pantanal" no *campus* de Aquidauana e no curso de mestrado em letras no *campus* de Três Lagoas, confirma o exposto no documento do MEC e aponta que apesar de indiscutíveis avanços nas políticas, existem ainda dificuldades para se praticar a lei.

Segundo a professora:

A constituição estabeleceu políticas que respeitam as especificidades e isso é muito importante. Mas existe uma diferença entre educação indígena e educação escolar indígena. Na educação escolar indígena, a escola sempre é de fora, é uma escola de 'branco' na aldeia que preserva alguns valores indígenas. A educação bilíngue ainda é limitada, por exemplo, a base lexical da língua indígena é muito curta, seria importante que houvesse um processo social de letramento, para que o ensino seja eficiente. Não existe nada em língua indígena fora da escola. Vira uma educação bilíngue de cartilha. O que temos hoje é um bilinguismo de transição, que é muito criticado. Nossa tarefa na universidade é orientar os alunos indígenas para que produzam textos em suas próprias línguas. (NINCÃO, in *Revista Globo.Com*, 2012)

Por conta dos sistemas de cotas ou de vagas especiais implementadas nas universidades públicas ao longo dos últimos anos, estima-se que exista cerca de oito mil estudantes indígenas cursando o Ensino Superior, dos quais, dois mil nas licenciaturas interculturais. Em consonância com o documento do MEC exposto anteriormente, a professora Onilda ressalta a importância de se preparar o aluno indígena para os cursos superiores, para que não tenham dificuldades para acompanhar determi-

nados cursos.

Nessa mesma matéria, o professor indígena do povo terena que vive no Mato Grosso do Sul, Paulo Baltazar, mestre em antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), concorda com a professora Onilda e afirma ter sofrido preconceito dos “brancos” para levar adiante seus estudos sobre políticas públicas para os povos indígenas.

3. A escola da missão evangélica indígena de Paranambizinho e análise dos questionários

Atualmente, existem duas escolas da Missão Evangélica Indígena, no município de Dourados, uma localizada na aldeia Panambizinho, considerada a sede e escolhida para o contexto desta pesquisa e outra, na aldeia Jaguapiru. As duas escolas, que oferecem aulas de primeiro ao nono ano do ensino fundamental e, juntas, reúnem aproximadamente 900 alunos, nem todos os alunos da aldeia, pois também atendem a outras comunidades. Todos os alunos falam e se comunicam em português, o que não é verdadeiro, quando se trata da língua guarani/caiouá. Quanto aos professores, considerando as duas escolas, são 17 professores indígenas e 30 não indígenas. Dessa maneira, apesar de localizada em uma aldeia indígena onde a língua nativa é a guarani/caiouá, a língua falada oficial na escola é a portuguesa.

Os alunos são alfabetizados em guarani/caiouá e em português, no primeiro ano do ensino fundamental. Eles têm aulas de guarani/caiouá até o último ano, mas as aulas de outras disciplinas são ministradas em português. Isso reforça a ideia de que o ensino em língua nativa vem sendo ensinado como segundo idioma e o português como primeira.

As escolas também têm uma clara missão evangélica e, por isso, oferecem aulas e cultos, promovem atividades evangélicas nos fins de semana, onde envolvem alunos, pais e todos os outros moradores da aldeia.

Os materiais pedagógicos em guarani/caiouá ainda são insuficientes e limitam-se a cartilhas ou apostilas confeccionados pelos professores e próprios alunos. Em geral, os livros e outros materiais pedagógicos são escritos em português.

O questionário elaborado para esta pesquisa consistiu de dezesseis

perguntas e foram respondidos por quatro professores da escola sede, sendo uma, na função de coordenadora, que trabalham entre oito e dois anos no local. As quatro entrevistadas são indígenas, sendo uma de etnia terena. Três delas foram criadas na aldeia, mas atualmente, moram na cidade e a última nunca morou no local.

Duas delas falam guarani/caiouá, uma, “só um pouco”, como afirma e outra não domina o idioma. Todas atribuíram o fato de falarem o idioma nativo ou não, ao incentivo ou falta dele, que tiveram em casa, o que nos leva a perceber a relevância da educação familiar para a preservação da língua e da cultura indígenas. As duas professoras que falam guarani/caiouá têm pais que também dominam a língua. Na família da professora que fala “um pouco”, só a mãe fala e a que não fala a língua em questão, tem apenas avós maternos fluentes e afirma que seus pais não consideravam tal aprendizado importante.

As duas professoras fluentes na língua indígena dizem que falam com seus filhos. Uma acrescenta que acha a prática importante para a preservação de suas raízes. A professora que fala “um pouco”, não tem conhecimento suficiente e não tem interesse em aprender mais, considerando o que sabe suficiente e diz que o que faz é mais importante do que aprender a língua guarani/caiouá. A professora que não fala tem buscado meios para aprender e ensiná-la aos seus filhos, pois apesar da falta de tempo e de recursos dificultar muito uma aprendizagem da língua, isso não a torna impossível. Ela acrescenta que tem se esforçado para aprender.

As entrevistas confirmaram que na escola da aldeia, fundada para atender alunos indígenas, fala-se e ensina-se, primordialmente a língua portuguesa, o que corresponde um risco à preservação da língua guarani/caiouá.

Foi possível entender, como esclareceu uma professora, que eles têm necessidade de falar a língua portuguesa, pela proximidade com Dourados. Os indígenas que trabalham na cidade usam o português e o ensinam aos seus filhos porque, segundo eles, no futuro, provavelmente, estudarão fora da aldeia, o que dá a impressão de inutilidade da língua guarani/caiouá no cotidiano daquela comunidade.

Vê-se a preocupação de todas as entrevistadas ao falarem sobre o ensino do guarani/caiouá, como segunda língua e o português, como primeira, na escola. Todas reconhecem a importância da educação escolar, da capacitação dos professores no domínio da língua indígena, na

elaboração de materiais didáticos apropriados e na conscientização de pais, alunos e professores, para a manutenção das suas origens, línguas e culturas.

Então, acredita-se que a Escola da Missão Evangélica Indígena possa contribuir mais para a valorização e preservação da cultura e da língua guarani/caiouá. A exemplo da experiência em uma escola indígena em Goiás, relatado por Silva (2006), os professores poderiam utilizar-se mais dos usos reais, dos contextos de produção e das particularidades gramaticais, semânticas, pragmáticas da língua indígena em questão, por meio de atividades simples, mas eficientes, que levassem os adultos, jovens e crianças a se comunicarem por meio dessa língua e buscarem mais sobre as histórias passadas do seu povo.

A escola poderia então, promover gincanas que levassem os alunos a pesquisarem, juntos aos seus pais e familiares mais velhos, sobre jogos, arte, cantigas, comidas e outros costumes típicos daquela cultura. Os alunos devem ser estimulados a desenvolverem a pesquisa e fazerem as apresentações na língua guarani/caiouá, para que percam o medo e a vergonha de se expressarem no idioma que não dominam.

Além disso, a escola deve trabalhar, em todos os níveis, com textos orais e escritos, de vários assuntos, mas que sejam representativos da cultura guarani/caiouá, para despertar o desejo de aprenderem a língua-alvo. Como afirma Silva (2006), quando leem, os alunos compreendem, estudam e conhecem a gramática e as funções da sua língua e passam a valorizar e utilizar a sua língua nativa para a comunicação e expressão.

4. Reflexões finais

Este artigo ressaltou a importância de se preservar a língua, as raízes e a cultura guarani/caiouá, partir do ensino bilíngue e não de aculturamento.

Do ponto de vista educacional, os diferentes cenários das escolas indígenas em todo o país representam desafios que demandam dos educadores, pesquisadores, linguistas, governo e toda a sociedade, maior conhecimento sobre o ensino bilíngue, pois sendo a língua a prova da existência de um povo, a educação deve contribuir para preservar aquelas consideradas minoritárias frente à hegemonia das línguas nacionais.

Como se pode observar, poucos são os alunos indígenas que sa-

bem a sua língua nativa. Uma parte deles chega à escola pesquisada, apenas entendendo um pouco da língua guarani/caiouá, mesmo quando pai e mãe são indígenas. Outros sabem menos ainda e isso acontece quando um dos pais é não índio, o que favorece o uso exclusivo do português em casa. Porém, é importante que haja uma mudança nessa realidade; os indígenas da aldeia Panambizinho precisam ter conhecimento sobre sua língua e passar se comunicar por meio dela.

Sabe-se que a língua nativa é um dos principais fatores identitários de um povo, na medida em que permite a manutenção de sua memória e reforça as suas características étnicas, por isso, privilegiar uma língua em detrimento de outra pode trazer sérias consequências, como por exemplo, o desinteresse pela língua apagada, o sentimento de que esta língua é menos importante, o preconceito linguístico, a desvalorização de um povo e a vergonha das suas próprias línguas, culturas e origens.

É questionada a política linguística, em que designa a escolha de cada um, sendo ela individual ou em grupo. Inicialmente, a escolha seria a alfabetização pela língua materna, sendo a primeira língua das crianças, na qual lhes foram ensinadas as primeiras palavras. O ensinamento da língua materna se torna necessário para o desenvolvimento do conhecimento da criança na sua língua de origem, e como alguns pensam que traria dificuldades para o aluno aprender a língua portuguesa após, como segunda língua, se enganam, pois o primeiro idioma sempre auxilia no aprendizado de um novo. Mas também, é importante ressaltar que esse ensino da língua portuguesa não é obrigatório para comunidades indígenas que estejam dispostas a permanecer com apenas a língua materna.

Há programas que objetivam defender a língua materna, mas que estão dispostos a desenvolver o ensino de uma segunda língua, em que as escolas utilizam a língua de origem como instrumento de ensino à língua portuguesa, nesses programas verifica-se a valorização e honra que a língua indígena possui e continuará a ocupar seu lugar.

O ensino da língua portuguesa, consoante diretrizes emanadas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), devem voltar-se para a função social da língua como requisito básico para que o indivíduo ingresse no mundo letrado e possa construir seu processo de cidadania e integrar a sociedade como ser ativo e atuante. Apesar de já haver consciência por parte dos professores, ainda há um longo caminho a ser percorrido, no sentido de reconhecer a importância de pensar em ações pedagógicas focadas na valorização da cultura guarani/caiouá e de outras, indígenas e

não indígenas.

O bilinguismo se torna importante em atividades sociais, de maneira preferencial quando as duas línguas adquiridas na infância. Dominar duas línguas não é tão simples, ao invés de apenas uma língua nativa, deve-se pensar em duas. Um bilíngue é o conjunto de dois monolíngues, em que sendo criança ou adulto percebe-se a necessidade comunicativa que cada um tem.

Assim, compreendendo que aquela escola é um espaço de expressão da cultura indígena, podem desenvolver atividades pedagógicas que fortaleçam a identidade dos alunos indígenas, estimulem o respeito à pluralidade cultural, à diversidade e à riqueza de constituição social brasileira heterogênea e promovam o sentimento de orgulho de ser indígena.

Por fim, registro o ganho que tive com este estudo, enquanto pesquisadora universitária, indígena, de etnia terena. Hoje, sinto mais orgulho da minha origem e das minhas raízes. Quero fazer mais pelo meu povo, pelas nossas crianças, nossos jovens e anciãos. Através de futuras pesquisas e das minhas práticas profissionais, buscarei conscientizar os povos indígenas sobre a importância de se manter vivas as nossas línguas, culturas e tradições. Ser orgulhoso de sua história e de suas origens fortalece a identidade individual, social e nacional, o que impacta diretamente no sentimento de autoestima. Daí a importância da educação fortalecer o imaginário social dos povos brasileiros e resgatar o sujeito indígena, a partir da compreensão das diversas culturas existentes no Brasil, levando os alunos ao sentimento de pertencimento, por meio da consciência de que a sua língua nativa é um valioso patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMARAL, Luiz. Bilinguismo, aquisição, letramento e o ensino de múltiplas línguas em escolas indígenas no Brasil. In: JANUÁRIO, Elias; SILVA, Fernando Selleri (Orgs.). *Caderno de educação escolar indígena*. Cáceres: UNEMAT, v. 9, n. 1, 2011.

BRASIL. *O governo brasileiro e a educação escolar indígena*. 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbeei.pdf>>. Acesso em: 13-09-2013.

ESTUDANTES indígenas têm direito à educação multicultural e bilín-

gue. *Revista Globo.com*. Disponível em:

<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2012/06/estudantes-indigenas-tem-direito-educacao-multicultural-e-bilingue.html> Acesso em: 23-10-2013

PEARSON, B. *Raising a Bilingual Child: a step-by-step guide for parents*. New York: Living Language. 2008.

WEBER, Ingrid. *Um copo de cultura: os huni kuin (kaxinawá) do rio Humaitá e a escola*. Rio Branco: Edufac, 2006.